

# APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DO TEATRO-CIRCO SARAIVA DE CARVALHO DA FIGUEIRA DA FOZ (1884-1895)

Irene Vaquinhas\*

**Resumo:** Neste estudo é feito um pequeno historial do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho, casa de espectáculos inaugurada, em 1884, na cidade da Figueira da Foz. Procede-se ao estudo das condições que presidiram à sua fundação, as quais apontam para a necessidade de revitalização imobiliária da zona onde será edificado – o bairro novo de Santa Catarina -, bem como à caracterização socioprofissional dos seus fundadores e à análise dos respectivos relatórios até à sua reconversão a casino, no ano de 1895, no momento em que o jogo de fortuna ou azar se converte na “grande febre da época de banhos”.

**Palavras-chave:** Figueira da Foz; casa de espectáculos; teatro-circo; bairro novo de Santa Catarina.

**Synopsis:** This research is a brief synopsis of Teatro-Circo Saraiva de Carvalho, a theatre-hall inaugurated in 1884, in the town of Figueira da Foz. The objective of this study is to characterize the conditions that preceded the foundation of the Theatre-Hall which point to the need of revitalizing the infrastructure of the area where it will be built – the new neighbourhood of Santa Catarina -, as well as the socio-professional characterization of its founders and the analysis of its reports until its conversion to a casino, in 1895, moment when gambling becomes the “great fever of the bathing season”.

**Key-Words:** Figueira da Foz; theatre-hall, teatro-circo; new neighbourhood of Santa Catarina

---

\* Universidade de Coimbra.

## 1. Introdução

A 3 de Setembro de 1884 foi inaugurado, na cidade da Figueira da Foz, o Teatro-Circo Saraiva de Carvalho. Ornamentado com “colunas, bandeiras e escudos”, o “formoso” edifício resplandecia na sua “simplicidade”. No largo em frente, a *Filarmónica Figueirense* tocara durante toda a tarde trechos musicais, atraindo ao local uma grande concorrência. Ao anoitecer, no momento em que um criado abria uma das portas, uma multidão “compacta e buliçosa” invadiu as plateias, “sem dar tempo a que os porteiros lhes exigissem os bilhetes”.

No interior, a sala repleta de espectadores “produzia um efeito deslumbrante”. De imediato, a orquestra “rompeu num hino”, composto para a inauguração pelo seu director, o Sr. Roth, enquanto lentamente subia o pano provisório, pondo à vista o pano de boca, “um verdadeiro primor de desenho e de execução”. Momento de apoteose! A plateia rompeu em calorosos aplausos, chamando ao palco o cenógrafo Machado, autor da pintura e da ornamentação da sala.

Terminado o hino, o actor Augusto de Melo, do Teatro D. Maria, declamou um poema do jornalista Acácio Antunes, seguindo-se a leitura de outros poemas alusivos ao acontecimento. Finalmente, subiu o pano para se dar início ao “drama de grande espectáculo *As noites da Índia*”, pela companhia do Teatro Baquet, do Porto<sup>1</sup>.

É nestes termos que a imprensa figueirense relata o dia de abertura ao público do Teatro-Circo, contribuindo à sua maneira para a promoção do novo espaço que o crescimento económico e a progressiva democratização dos lazeres viria a tornar acessível a um número cada vez maior de pessoas.

Tanto o teatro como o circo constituíam espectáculos muito apreciados por todos os grupos sociais, desde o povo miúdo à classe burguesa. E, embora fosse esta última o principal público-alvo, em função de cujos cânones estéticos eram traçados os planos arquitectónicos das casas de diversão ou elaborados os seus programas, a necessidade de satisfazer as exigências de um público socialmente heterogéneo impunha flexibilidade na escolha dos repertórios, optando-se por espectáculos que agradassem ao comum das plateias: “bons dramas” de efeito lacrimajante, comédias hilariantes, combinadas se possível com um tema de história ou de política, ou então as companhias circenses, com os seus acrobatas de “formas atléticas e musculosas”

<sup>1</sup> *Commercio da Figueira*, 6 de Setembro de 1884; *Correspondencia da Figueira*, 7 de Setembro de 1884.

e mulheres bonitas de “pernas premidas em maillots cor de rosa”<sup>2</sup>. Com regularidade, companhias de circo estanciavam, por curtas temporadas, na Figueira da Foz, realizando espectáculos em instalações improvisadas. Já o teatro tinha longa tradição na cidade e um público certo<sup>3</sup>.

A nova casa de espectáculos concilia essas duas vertentes da diversão pública, tendo sido concebida na perspectiva moderna de organização industrial e comercial dos divertimentos. Procurava-se, igualmente, tirar partido, em termos económicos, da população flutuante que anualmente invadia a localidade durante a época balnear, oferecendo-lhe uma gama diversa de atracções que tanto iam ao encontro dos reportórios dos “teatros de feira”, populares e acessíveis a todos, como a modalidades mais sofisticadas e literárias, trazidas por companhias profissionais.

## GRAVURA I



**Legenda:** Fotografia do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho

**Fonte:** Fausto de Almeida, “O Grande Casino Peninsular da Figueira”, *Boletim da Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz*, nº 13, 31 de Maio de 1945.

---

<sup>2</sup> *Gazeta da Figueira*, 6 de Setembro de 1888.

<sup>3</sup> CASCÃO (1983).

## 2. A Figueira da Foz como praia “peninsular”

A praia da Figueira da Foz era um dos principais destinos, em solo nacional, de veraneantes, cujo afluxo, a partir do último quartel do século XIX, aumenta, rondando, segundo Rui Cascão, “20 a 21000 (por ano) a partir dos finais da década de 60 até cerca de 90”<sup>4</sup>. A abertura ao tráfego rodoviário da nova estrada entre Coimbra e a Figueira da Foz, em 1871, e, sobretudo, a inauguração, em 1882, do troço do caminho-de-ferro da Beira Alta (ramal Pampilhosa-Figueira) que permitiria a ligação a Vilar Formoso<sup>5</sup>, fizeram aumentar a afluência de nacionais e de estrangeiros<sup>6</sup>, em particular de naturalidade espanhola, residentes nas províncias fronteiriças de Badajoz, de Cáceres, de Salamanca e de Zamora, bem como de Ávila, de Toledo e de Madrid<sup>7</sup>.

A própria Companhia Real dos Caminhos de Ferro disponibilizava carreiras especiais de ligação à Figueira, durante a época balnear<sup>8</sup>, para além de reduzir os preços dos bilhetes de ida e volta entre Espanha e a mencionada praia<sup>9</sup>. Medida idêntica seria praticada pela congénere companhia ferroviária espanhola, oferecendo viagens ao preço “económico” de onze pesetas, válido por um período de 14 dias.

Graças à sua localização geográfica privilegiada e a particulares condições “heliomarítimas”, a Figueira da Foz, elevada a cidade no ano de 1882, tornou-se, a partir de meados do século XIX, num dos mais concorridos centros de veraneio portugueses. Atraindo um número crescente de forasteiros, a então vila converter-se-ia, a partir de 1860, numa das “praias da moda”<sup>10</sup>, na qual estanciavam figuras de destaque do panorama nacional. A importância da colónia espanhola para o progresso do comércio e das indústrias locais era unanimemente reconhecida, de modo que, como forma de atrair o maior número de banhistas da nação vizinha, não só as autoridades oficiais concederiam facilidades na entrada do país, dos cidadãos espanhóis<sup>11</sup>, como a própria “Associação Comercial Figueirense” promoveria<sup>12</sup>, junto dos principais periódicos das cidades fronteiriças do

<sup>4</sup> CASCÃO (1989, 1º vol., nota 763): 445.

<sup>5</sup> CASCÃO (1989): 466-467.

<sup>6</sup> MELO (1943).

<sup>7</sup> *Europa*, ano III, nº 2, 15 de Maio de 1927.

<sup>8</sup> Mais precisamente de 15 de Junho a 31 de Outubro.

<sup>9</sup> *Guia pratico do banhista na Figueira da Foz illustrado com vistas desta cidade. Epoca de 1905 - 1º anno*, 5-8.

<sup>10</sup> PESSOA (1878-1879): 112.

<sup>11</sup> *La Iberia*, 5 de Julio de 1903.

<sup>12</sup> MELO (1943).

país vizinho, campanhas publicitárias divulgando as belezas naturais da “mimosa playa de la flor del Mondego”<sup>13</sup>.

Por volta de 1880, a Figueira contava, em termos de casas de espectáculos, com o Teatro Príncipe D. Carlos, inaugurado em 1874<sup>14</sup>, o Teatro-Chalet, uma praça de touros, pertença da Misericórdia, o *Grémio Lusitano*, com sede na Casa do Paço<sup>15</sup>, e dois clubs: a *Assembleia Figueirense*, decana das associações recreativas desta localidade e centro privilegiado de uma sociabilidade burguesa, e a *Assembleia Recreativa*, instalada no Bairro Novo. Havia também alguns cafés (*Central, Artístico, Mantigneux* e *Castela*), a maioria dos quais disponibilizando mesas de bilhar, e onde, em princípio, funcionavam as casas de jogo.

A intensa vida recreativa de que a Figueira da Foz era palco desenvolvia-se no quadro de uma conjuntura económica de expansão, em particular entre 1870 e 1890. O comércio de exportação de “vinhos para o Brasil e para França, de sal para a Terra Nova, de madeira para o Sul de Espanha e de laranja para a Inglaterra”<sup>16</sup> proporcionou a acumulação de capitais necessários ao desenvolvimento da novel *ville de bains*, bem como a promoção social dos grupos ligados ao comércio e às indústrias locais. Serão precisamente elementos da classe mercantil figueirense que, aproveitando a oportunidade de uma terra em crescimento, onde o afluxo turístico aumentava de ano para ano, irão investir na construção de uma nova casa de espectáculos - O *Teatro-Circo Saraiva de Carvalho*, antecessor do *Grande Casino Peninsular*.

O investimento num Teatro-Circo, em tudo semelhante aos Coliseus que então proliferavam pelas principais capitais europeias, representava, igualmente, um meio seguro de rentabilizar capital, de reforçar a possibilidade de influência dos seus promotores na política municipal, bem como de valorização imobiliária do bairro novo de Santa Catarina. Impõe-se, pois, conhecer, de uma forma mais detalhada, as “forças sociais” que estiveram na génese da “primeira casa do género no nosso país” até ser construído o Coliseu dos Recreios, em Lisboa<sup>17</sup>, esclarecendo os seus objectivos e intenções.

<sup>13</sup> *Gazeta da Figueira*, 13 de Abril de 1895.

<sup>14</sup> Existiam, ao tempo, outros locais onde também se efectuavam representações teatrais: o Teatro do Pinhal (desde 1863) e o Teatro Natalense (desde 1864), pertença da Filarmónica Figueirense. Sobre o assunto, veja-se CASCÃO (1983).

<sup>15</sup> FERNANDES (1972).

<sup>16</sup> CASCÃO (1983): 61-62.

<sup>17</sup> ALMEIDA (1945). O Coliseu dos Recreios foi inaugurado a 14 de Agosto de 1890, MOREAU (1994).

### 3. Fundadores e accionistas

De acordo com numerosos autores que, de um modo geral, se repetem, na origem da fundação do Teatro-Circo encontram-se motivos políticos. O afrontamento ideológico e partidário que, ao tempo, dividia a sociedade figueirense, ou pelo menos, alguns segmentos da sua população, polarizando-a entre regeneradores e progressistas, as duas facções monárquicas que, alternada e rotativamente, se revezavam na condução dos destinos da nação, criara um clima de emulação positiva, com reflexos sensíveis no plano dos empreendimentos locais. A este propósito escreveria Carlos Faria: “Cada filarmónica, cada coisa, cada pessoa e cada associação pertence, na Figueira, a um partido político. Ali nada há que não seja regenerador ou progressista. O caso é que a terra ganha com isso, na alta compreensão de esmagar o outro, faz obras e obras grandes”<sup>18</sup>.

Ora, na sequência da recusa de um pedido formulado à direcção da *Assembleia Figueirense*, pró-regeneradora, para cedência do seu salão nobre, em 1881, para um jantar de homenagem ao Conselheiro Augusto Saraiva de Carvalho, figura de proa do Partido Progressista, então ministro das Obras Públicas e principal responsável pela extensão à Figueira da Foz da linha de caminho de ferro da Beira Alta<sup>19</sup>, um conjunto de notáveis locais, afectos àquela facção política, em desagravo de tal atitude, tomara a decisão de criar novos círculos de sociabilidade<sup>20</sup>. De imediato, foi fundado o *Grémio Lusitano*, tendo-se igualmente, e desde logo, colocado a hipótese de abertura de uma casa de espectáculos que “ofuscasse” o Teatro Príncipe D. Carlos, onde pontificavam elementos regeneradores, entre os quais o influente local Dr. José dos Santos Pereira Jardim<sup>21</sup>. A atribuição do nome do eminente estadista ao futuro local de recreio terá provavelmente surgido um pouco mais tarde, após o seu falecimento, em Dezembro de 1882, no âmbito de uma série de homenagens prestadas pelo Partido Progressista à sua memória<sup>22</sup>.

Esta argumentação que atribui aos factores políticos as razões determinantes na abertura desta casa de espectáculos não é, de modo algum de

<sup>18</sup> FERNANDES (1971).

<sup>19</sup> FERNANDES (1972).

<sup>20</sup> FONSECA (1935): 101.

<sup>21</sup> José dos Santos Pereira Jardim fazia parte da mesa da Assembleia Geral desta sociedade (*Correio da Figueira*, 1 de Fevereiro de 1889). Para uma biografia mais completa deste “influente” local, veja-se, CASÇÃO (1989): 418-419.

<sup>22</sup> *Correspondencia da Figueira*, 14 de Dezembro de 1882.

descurar, embora deva ser contextualizada. As administrações municipais, prisioneiras das suas redes caciquistas e clientelares, apoiavam (ou, pelo menos, não obstruíam) as obras dos seus correligionários, alimentando as crónicas jornalísticas de uma imprensa de oposição que não se coibia de trazer para a praça pública as mais “torpes negociatas”.

Estando ao tempo o Partido Progressista na liderança da Câmara Municipal<sup>23</sup>, este era alvo de forte contestação por parte dos regeneradores, acusando-se “os patusquíssimos granjolas”<sup>24</sup> de “desbarate dos dinheiros municipais” e de prodigalidade de favores distribuídos aos “recrutados do Partido”<sup>25</sup>. Neste contexto, convinha àquela facção política neutralizar a oposição, privando-a dos seus principais argumentos, demonstrando a generosidade dos seus membros, a coesão ideológica e a perenidade de antigos códigos de lealdade e afastar, em simultâneo, as acusações de irregularidade e de “promiscuidade” entre os interesses privados e a gestão dos negócios camarários<sup>26</sup>.

É à luz destes parâmetros que convém interpretar o empolamento atribuído aos fundamentos políticos na génese do Teatro-Circo. A “dramatização geral” que se atribuiu a este factor foi utilizada como uma arma de “arremesso político” contra a facção regeneradora. Já o recurso, como forma de financiamento, ao préstimo de partidários, era uma prática corrente e utilizada por todas as filiações políticas para custear despesas, em especial para campanhas eleitorais<sup>27</sup>. Convém acrescentar que, numa cidade como a Figueira da Foz, com uma classe comercial “modesta”<sup>28</sup>, de escasso poder económico, a única possibilidade de reunir, num curto espaço de tempo, os capitais necessários a um empreendimento de tal envergadura consistia em recorrer à disponibilidade material de alguns apoiantes mais abonados.

<sup>23</sup> O Partido Progressista assumiu a liderança da Câmara Municipal de 1880 a 1887. Sobre o assunto, veja-se CASCÃO (1989): 796, nota 339.

<sup>24</sup> A designação “granjola”, de teor satírico, remete para o Pacto da Granja, acto fundador do Partido Progressista, celebrado a 7 de Setembro de 1876, o qual resultou da fusão dos dois partidos, Histórico e Reformista (TENGARRINHA (1968): 491-493).

<sup>25</sup> *Correspondência da Figueira*, 10 de Dezembro de 1882.

<sup>26</sup> Embora seja difícil conhecer, com rigor, os membros e simpatizantes do Partido Progressista na Figueira da Foz, nesta época, uma notícia da imprensa informa que a delegação deste Partido que se deslocou a Lisboa, ao funeral do Conselheiro Saraiva de Carvalho integrava os seguintes elementos: Francisco Lopes Guimarães, Dr. António Lopes Guimarães Pedrosa, João Cook Carrington, João Eduardo Laidley, Matias Joaquim Ribeiro, Joaquim de Campos Ribeiro, João José da Costa, Bernardino Teixeira Araújo Ferraz, Manuel Gaspar de Carvalho, José Maria da Silva e José Joaquim Borges (*Correspondência da Figueira*, 3 de Dezembro de 1882).

<sup>27</sup> ALMEIDA (1991):73-74.

<sup>28</sup> CASCÃO (1989): 495.

Ao repto lançado responderam “meia dúzia de cavalheiros desta cidade”<sup>29</sup>, na sua maioria negociantes ligados ao comércio de exportação (57,9%) (Quadro I). Em rigor, eram em número de dezanove os elementos da comissão organizadora da “Empresa Constructora e Exploradora do Theatro-Circo”, juridicamente formalizada em 23 de Agosto de 1884<sup>30</sup>, e da qual faziam parte Joaquim António Simões (1818-1905)<sup>31</sup>, Jacinto A. Santiago Gouveia, Adelino da Costa Maia, Bernardino T. A. da Silva Ferraz<sup>32</sup>, João Cook Carrington (1844-1890)<sup>33</sup>, José Lucas da Costa, Francisco Correia da Cruz, Augusto Silvério de Oliveira, José Henrique da Fonseca, Francisco Lopes Guimarães<sup>34</sup>, Inácio Augusto Carriço (1822-1893), Fernando da Costa Andrade, Sebastião Ruiz, Manuel da Fonseca Pereira, António Pinto, José Maria da Silva Torres, Albino de Melo Pereira de Sousa, Francisco de Matos Abreu e José Correia da Cruz.

## GRAVURA II



**Legenda:** Folha de rosto dos *Estatutos da Empresa Constructora e Exploradora do Theatro Circo [...]*

<sup>29</sup> *Commercio da Figueira*, 31 de Março de 1883.

<sup>30</sup> *Estatutos da Empresa Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho - Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada* (1885): 10.

<sup>31</sup> CASCÃO (1989): 414-417.

<sup>32</sup> Em 1888, era também vice-presidente do Grémio Lusitano, agremiação progressista (*Gazeta da Figueira*, 28 de Janeiro de 1888).

<sup>33</sup> CASCÃO (1989): 427-428.

<sup>34</sup> No ano de 1888 fazia parte da direcção do Grémio Lusitano (*Gazeta da Figueira*, 28 de Janeiro de 1888).



**Quadro I**  
**Membros fundadores da Empresa**  
**Construtora e Exploradora do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho**

Sócios	Estado Civil	Profissão	Residência
Bernardino Teixeira A. da S. Ferraz	casado	Proprietário	Fig. da Foz
João Cook Carrington	casado	Proprietário e negociante de sal	Fig. da Foz
Francisco Correia da Cruz	solteiro	Negociante	Fig. da Foz
José Lucas da Costa	casado	Negociante	Fig. da Foz
Joaquim António Simões	casado	Proprietário e negociante de vinhos	Fig. da Foz
Jacinto A. Sant'Iago Gouveia	solteiro	Proprietário	Verride
Adelino da Costa Maia	Viúvo	Alferes reformado	Fig. da Foz
Augusto Silvério de Oliveira	casado	Proprietário	Fig. da Foz
José Henrique da Fonseca	casado	Proprietário	Fig. da Foz
Francisco Lopes Guimarães	solteiro	Advogado	Fig. da Foz
Inacio Augusto Carrisso	casado	Negociante e exportador de vinhos	Fig. da Foz
Fernando da Costa Andrade	solteiro	Negociante	Fig. da Foz
Sebastião Ruiz (Molina)	Viúvo	Negociante de madeiras	Fig. da Foz
Manuel da Fonseca Pereira	casado	Negociante	Fig. da Foz
António Pinto	casado	Negociante	Fig. da Foz
José Maria da Silva Torres	casado	Tabelião e escrivão	Fig. da Foz
Albino de Melo Pereira de Sousa	casado	Proprietário	Fig. da Foz
Francisco de Matos Abreu	casado	Negociante	Fig. da Foz
José Correa da Cruz	solteiro	Negociante	Fig. da Foz

**Fontes:** A.U.C., Tab: José Maria da Silva Torres, Livro n.º 24, fl. 13v-17v; *Estatutos da Empresa Construtora e Exploradora do Theatro Circo [...]*, ob. cit.; Rui de Ascensão Ferreira Cascão, “Permanência e mudança [...]”, passim.

Adoptando a forma de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, com um capital social de 38 contos de réis, divididos em 760 acções de 50 mil réis cada, esta empresa tinha como missão “a compra do terreno próprio para a edificação de um teatro-circo e suas dependências;

a construção e exploração do referido teatro-circo”. Previa ainda poder vir a “adquirir e explorar qualquer outro de idêntica e diversa natureza, nesta cidade da Figueira da Foz ou em qualquer outra parte”<sup>35</sup>.

É difícil saber a quem pertenceu a paternidade do projecto, embora se afigure provável que um dos seus mentores tenha sido o negociante Matias Joaquim Ribeiro, que não consta da lista de membros fundadores por entretanto ter falecido<sup>36</sup>. O verdadeiro mecenas do Teatro-Circo foi, no entanto, o abastado exportador de vinhos, Joaquim António Simões, “mandante e eminência parda do Partido Progressista na Figueira”<sup>37</sup>. Será do seu bolso que sairão os capitais necessários para a conclusão das obras, no momento em que a escassez de verbas se fazia sentir, por falta de accionistas, disponibilizando, em Março de 1884, a elevada quantia de 14 contos, sem juros<sup>38</sup>.

Embora seja impossível reconstituir, por falta de informação, o montante exacto das quantias emprestadas por este importante capitalista da praça figueirense, Joaquim António Simões era dado como o principal credor e sócio maioritário do Teatro-Circo<sup>39</sup>.

Na verdade, aquando de um dos balanços feitos pela casa de espectáculos, em 31 de Dezembro de 1890<sup>40</sup>, a dívida àquele negociante alcançava o valor de 17.360.000 réis, num total de 22.320.000 réis, ou seja, 77,8% do total em débito<sup>41</sup>. Em 1893, este possuía 48,6% das acções da empresa (269 num total de 554)<sup>42</sup>. Cerca de doze anos após a sua morte, os seus herdeiros (a esposa, D. Guilhermina Fernandes Coelho Simões,

<sup>35</sup> Art. 3º, *Estatutos da Empresa Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho - Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada* (1885): 4.

<sup>36</sup> A sua viúva, na escritura de venda do terreno para a edificação do Teatro-Circo, deixara escrito que “era o seu veemente desejo que tal empresa se concluísse” (A.U.C., Tab. José Maria da Silva Torres, Livro nº 14, fl. 13v-17v).

<sup>37</sup> CASCÃO (1989): 488.

<sup>38</sup> Escritura de empréstimo, confissão de dívida, hipoteca e aceitação (26 de Março de 1885), A.U.C., Tab. José Maria da Silva Torres, Livro nº 14, fl. 13v-17v.

<sup>39</sup> *O Figueirense* de 17 de Setembro de 1949, citado por CASCÃO (1989): 489.

<sup>40</sup> *Empresa Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho. Figueira da Foz. Relatório da Direcção* (1891).

<sup>41</sup> Em rigor, a dívida alcançava a verba de 14 000 000 réis e os juros (de quatro anos) o montante de 3360000 réis. Os restantes devedores identificados são, respectivamente, Carlos Laidley, herdeiros de António Fernandes Coelho, Herdeiros de Luís Cordeiro de Matos, bem como José Correia da Cruz, *Empresa Constructora e Exploradora do Theatro-Circo [...], ob. cit.:* 8-9.

<sup>42</sup> *Correio da Figueira*, 15 de Março de 1893. Além dos accionistas indicados no Quadro II, possuíam também acções da empresa, em 1893, Carlos Laidley (12) e José Maria da Silva, João Cook Carrington, José Correia da Cruz e Inácio Augusto Carriço, respectivamente com 10 acções cada. Sobre o assunto veja-se também, CASCÃO (1989): 488.

a filha, Condessa de Monsaraz, e o neto, Dr. Alberto Monsaraz) eram os sócios maioritários da empresa, detendo, em conjunto, 70,1% das acções. Por outras palavras, eram titulares de 822 das 1170 acções que tinham sido emitidas (Quadro II).

**Quadro II**  
**Principais accionistas do Teatro-Circo (em nº de acções)**

Accionistas	1893		1916		1917	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
D. Guilhermina Fernandes Coelho Simões			460	39.3	460	39.3
Dr. Alberto Monsaraz			362	30.9		
Joaquim António Simões	269	48.6				
Condessa de Monsaraz					362	30.9
Francisco Correia da Cruz	16	2.89	60	5.13	60	5.13
D. Maria Clementina de Cunha Goulart			51	4.36	51	4.36
D. Maria Amélia Corrêa			40	3.42	40	3.42
D. Ana Cândida de Sá Campos	40	7.22				
Joaquim de Campos Ribeiro	40	7.22				
Bernardino Teixeira Araújo da Silva Ferraz	22	3.97				
João José da Costa	20	3.61				
Misericórdia da Figueira da Foz			20	1.71	20	1.71
<b>Total</b>	<b>459</b>	<b>82.9</b>	<b>993</b>	<b>84.9</b>	<b>993</b>	<b>84.9</b>

**Fontes:** *Correio da Figueira*, 15 de Março de 1893; *Empreza Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho. Figueira da Foz. Relatório da Direcção de 1916 [...]*; *Empreza Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho. Figueira da Foz. Relatório da Direcção de 1917 [...]*.

Embora, em 1916, o número de accionistas fosse relativamente alargado (57), a sua grande maioria (46 - 80,7%) detinha uma escassa participação económica, com uma média de 2 acções por sócio (Quadro III).

**Quadro III**  
**Repartição dos accionistas do Teatro-Circo**  
**segundo o número de acções detidas**  
**(ano de 1916)**

Acções	N.º	%	N.º	%
	Accionistas		acções	
< 10	46	80.7	108	9.23
11 - 50	7	12.28	129	11
51 - 100	2	3.509	111	9.49
>350	2	3.509	822	70.3
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100</b>	<b>1170</b>	<b>100</b>

**Fonte:** *Empreza Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho. Figueira da Foz. Relatório da Direcção de 1916 [...]; Empreza Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho. Figueira da Foz. Relatório da Direcção de 1917 [...].*

Afigura-se, pois, legítima a afirmação do jornal *O Século* de 15 de Fevereiro de 1905 ao considerar Joaquim António Simões como o proprietário daquela casa de espectáculos, o que não exclui o contributo financeiro de outras individualidades figueirenses para a sua construção. Participaram também, como credores, no empréstimo contraído pela empresa em 1885, num total de 4 contos de réis, Carlos Laidley, Luís Cordeiro de Matos, José Correia da Cruz, todos negociantes, desfrutando de uma sólida situação económica na cidade, além do Conselheiro António Fernandes Coelho, magistrado do Supremo Tribunal da Justiça<sup>43</sup>, sogro de Joaquim António Simões<sup>44</sup>. Destes, apenas Correia da Cruz integrava a lista dos sócios fundadores da empresa, o que nos faz supor que as convicções políticas não foram condição, necessária e suficiente, para a angariação de capitais...

<sup>43</sup> COSTA (1995): 81-82.

<sup>44</sup> Carlos Laidley contribuiu com 1 300 000 réis, o Conselheiro António Fernandes Coelho e Luís Cordeiro de Matos com 1 000 000 réis cada e José Correia da Cruz com 700 000 réis (A.U.C., Tab. José Maria da Silva Torres, Livro nº 24, fl. 13v-17v).

#### 4. Da decisão à realização: a construção do edifício

Obtido o financiamento, o primeiro passo na edificação da nova casa de recreio foi dado com a aquisição do terreno, pertencente aos herdeiros de Matias Joaquim Ribeiro, em 31 de Dezembro de 1883, pela quantia de 1 conto de réis<sup>45</sup>. Fazendo parte de uma antiga quinta, com uma área de 4109,60 m<sup>2</sup>, este localizava-se na zona destinada ao Bairro Novo, coincidindo o lançamento deste projecto com o termo de “uma fase de estagnação relativa” da Companhia Edificadora Figueirense<sup>46</sup>, a empresa de construção civil a quem competia a urbanização daquele bairro. A partir de 1879, a construção de edifícios nesta zona acelera-se, prosseguindo, com alguma intensidade, por toda a década de oitenta<sup>47</sup>, ao mesmo tempo que aumentava o seu preço. Os dados sugerem que o “arranque” do Teatro-Circo favoreceu um clima de especulação imobiliária que, em última instância, beneficiou a Companhia Edificadora. Esta hipótese ganha credibilidade, ao verificarmos que alguns dos membros fundadores do Teatro-Circo eram também accionistas daquela empresa de construção civil, incluindo Francisco Lopes Guimarães, ao tempo presidente da edilidade local<sup>48</sup>.

A crer na imprensa local, os trabalhos de fundação do edifício principiaram em Março de 1883, neles trabalhando diariamente entre cem a cento e cinquenta operários<sup>49</sup>. Com risco de José Luís Monteiro (1848-1942)<sup>50</sup>, arquitecto-chefe da Câmara Municipal de Lisboa, docente da Escola de Belas-Artes, com uma vasta obra espalhada pelo país<sup>51</sup>, o edifício apresentava uma planta de piso térreo, de forma rectangular, medindo 70 metros de comprimento por 36 de largura, com uma fachada neo-classicizante. As obras avançaram a passo rápido, não obstante o arquitecto, por razões desconhe-

<sup>45</sup> A.U.C., Tab. José Maria da Silva Torres, Livro nº 18, fl. 36-38v.

<sup>46</sup> CASCÃO (1989): 363.

<sup>47</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 365-367. Aliás, as escrituras notariais em que intervém aquela empresa imobiliária, como vendedora ou credora, confirmam o *boom* urbanístico dos anos 1880. Uma breve sondagem nos livros de notas dos tabeliães da Figueira permitiu verificar que, em 1882, foram lavradas 2 escrituras de compra-venda; em 1883, 6; e, em 1884, 4.

<sup>48</sup> É o caso de Bernardino Teixeira d’Araújo da S. Ferraz, detentor de 10 acções na Companhia Edificadora, enquanto Francisco Lopes Guimarães possuía 3 acções (*Companhia Edificadora Figueirense. Relatório da Direcção, Balanço do Activo e Passivo* (1877): 18-19).

<sup>49</sup> *Commercio da Figueira*, 31 de Março, 7 de Abril e 25 de Agosto de 1883; *O Figueirense*, 17 de Setembro de 1949.

<sup>50</sup> Para uma biografia de Mestre José Luís Monteiro, como era conhecido, veja-se, entre outros, VITERBO (1988):381-388; FERREIRA (ccord.) (1990).

<sup>51</sup> ANACLETO (1997): 28-30; 45-46; 247-252.

cidos, as ter abandonado, ficando entregues ao mestre de obras. Em Agosto começaram a ser colocados os “travejamentos e parte dos camarotes”<sup>52</sup>; em Dezembro é requerida à Câmara Municipal o “alinhamento do terreno” a fim de se “murar o recinto do referido teatro”<sup>53</sup>. Um ano após o início das obras, nos primeiros dias de Setembro de 1884, teve lugar a inauguração, realizando-se, nos anos seguintes, pequenas obras de reparação ou de beneficiação.

A direcção da casa de recreios foi entregue, nos primeiros anos, a Francisco Correia da Cruz, comerciante estabelecido na Figueira da Foz e homem de confiança de Joaquim António Simões, com o qual trabalhara no negócio de exportação de vinhos. De acordo com os Estatutos do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho, competia à direcção “1º - Dirigir todos os negócios da empresa, os trabalhos de conservação dos edifícios, organização técnica e artística do estabelecimento, e em geral todos os actos de administração para o regular andamento dos negócios da empresa. 2º - Contratar artistas; actores, companhias portuguesas ou estrangeiras de qualquer natureza, orquestras, bandas marciais e todo o mais pessoal interno e externo do estabelecimento. 3º - A alugar parte ou todo o estabelecimento a empresas, corporações ou pessoas que ofereçam garantias e se sujeitem às determinações destes estatutos [...]”<sup>54</sup>.

O cargo de director (ou o seu substituto) não era remunerado, tendo, como compensação, “um camarote ou qualquer lugar reservado à sua escolha em todos os dias ou noites de espectáculo”<sup>55</sup>. Por volta do ano de 1892, Francisco Correia da Cruz ainda se mantinha à frente do Teatro-Circo, dirigindo-o em colaboração com José Lucas da Costa e Augusto Joaquim Guedes. Em 1893, aquando das novas eleições para os corpos gerentes da Empresa Constructora e Exploradora do Teatro-Circo, seria reconduzido na direcção da empresa, como membro efectivo, cargo que partilhava com outros elementos<sup>56</sup>.

## 5. Frequência, espectáculos e rentabilidade

De um modo geral, o público do Teatro-Circo era heterogéneo em termos sociais, embora, à partida, o preço dos bilhetes seleccionasse a fre-

<sup>52</sup> *Commercio da Figueira*, 25 de Agosto de 1883.

<sup>53</sup> Requerimento apresentado por Francisco Correia da Cruz, em 18 de Dezembro de 1883, A.H.B.M.F.F., Pasta Taxas e Licenças. Casas de Recreio. Teatro-Circo Saraiva de Carvalho.

<sup>54</sup> *Estatutos da Empresa Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho [...]*, ob. cit., art. 19º: 7-8.

<sup>55</sup> *Idem, ibidem*, art. 20º: 8.

<sup>56</sup> *Correio da Figueira*, 15 de Março de 1893.

quência, excluindo as camadas inferiores da classe operária. Escalonando-se entre os 2500 réis, custo de um camarote, e 120 réis, preço de um lugar na geral (reservada ao sexo feminino), dificilmente os preços praticados poderiam ser pagos pelas classes populares, operários ou artesãos (Quadro IV).

**Quadro IV**  
**Preços praticados no Teatro-Circo na década de 1880 ( em réis)**

Acções	%	N.º	%
Camarote (frente)	2500	2000	2000
Camarote (lado)	2000	1500	1500
Camarote (boca)	1500	1000	1000
Fauteils	600	600	800
Cadeiras numeradas	400	400	400
Cadeiras sem número	200	300	200
Geral (bancada)	120	120	120

**Fontes:** *Commercio da Figueira*, 30 de Agosto de 1884; *Gazeta da Figueira*, 14 de Março de 1888 e 27 de Fevereiro de 1889.

Ao tempo, um carpinteiro ou um pedreiro recebiam em pagamento do seu trabalho diário 400 réis, um trabalhador 220 réis, enquanto um carreiro que efectuasse serviço nas obras da Câmara Municipal podia alcançar um salário de 900 réis<sup>57</sup>. Quantias módicas que mal asseguravam a sobrevivência quotidiana, não obstante a direcção do Teatro-Circo disponibilizar, em ocasiões especiais, lugares para os menos abonados “reduzindo o preço de um dos lados da geral”<sup>58</sup>.

Não havia nessa atitude a intenção de democratizar a sala de espectáculos, mas, pelo contrário, rentabilizá-la, aumentando o público feminino e tornando-a, assim, mais apelativa. Uma geral repleta de elementos do “belo sexo” constituía um espectáculo dentro do espectáculo...

À medida, porém, que se caminha para o fim do século XIX, preocupações elitistas parecem dominar a direcção do Teatro-Circo, perceptíveis

<sup>57</sup> “Nota dos salarios medios pagos por esta direcção aos operarios que trabalharam nas diferentes obras do concelho da Figueira durante o anno de 1893”, A.H.B.M.F.F., Câmara Municipal da Figueira da Foz, Correspondência Geral Recebida, 1894-1895.

<sup>58</sup> *Commercio da Figueira*, 4 de Outubro de 1884.

na reorganização do espaço dentro da sala, “aumentando o número de lugares da superior e diminuindo [...] o da geral”<sup>59</sup>. O próprio público tende a tornar-se mais requintado, mais respeitador das normas de civilidade, acompanhando as mudanças subtis nos padrões dos divertimentos urbanos que progressivamente se vão privatizando e compartimentando<sup>60</sup>.

Se, no início da década de oitenta, eram comuns as manifestações ruidosas das galerias, a partir dos anos noventa as atitudes mais exuberantes tendem a retrair-se<sup>61</sup>, tanto sob a forma de “aplausos furiosos”, como de “pateadas” acompanhadas de destruição de mobília<sup>62</sup>, ou mesmo de cenas de pugilato entre espectadores a propósito de assuntos comezinhos. Esse tipo de comportamentos era incentivado pelos próprios artistas, em particular pelas rivalidades entre *primadonne*. No Verão de 1885 (época de Agosto e Setembro) os ânimos foram ao rubro com os despiques entre as *salerosas* divas, *señoritas* Rozita Negri e Araceli Aponte, principais figuras femininas da Companhia de Zarzuela dirigida pelo barítono D. Maximino Fernandez. Os seus méritos (e dotes físicos) dividiram os espectadores, polarizando-os entre “Apontistas” e “Negristas”, “pela mesma razão que há progressistas e regeneradores, conservadores e republicanos”, como escrevia o *Commercio da Figueira* de 5 de Setembro de 1885.

A progressiva contenção dos comportamentos, sensível a partir do final do século XIX, circunscreve, cada vez mais, a sala de espectáculos do Teatro-Circo ao uso exclusivo de uma média burguesia que se diverte de uma forma mais calma, distinta e que escuta “com o mais religioso silêncio a música”<sup>63</sup>.

Os espectáculos realizados reflectem esta “vontade de respeitabilidade”<sup>64</sup>, tornando-se cada vez mais sofisticados e profissionais. Em regra, as sessões tinham início às 20.30 horas e terminavam cerca da meia-noite, embora durante a *saison*, em particular no mês de Setembro, época áurea da vilegiatura figueirense, se realizassem *matinéés* durante a tarde.

A análise da programação do Teatro-Circo, captada através da imprensa periódica, entre 1884 e 1895, respectivamente datas de início desta

<sup>59</sup> *Correspondencia da Figueira*, 3 de Setembro de 1885.

<sup>60</sup> TURNATURI (2001): 205-227.

<sup>61</sup> O comportamento “pouco correcto” por parte do público masculino, segundo os actuais padrões de civilidade, era uma situação muito comum nos teatros e casas de espectáculos. A este propósito, veja-se, no tocante ao público do Teatro S. Carlos, de Lisboa (ILDEFONSO (1998): 86-87).

<sup>62</sup> *Gazeta da Figueira*, 24 de Outubro de 1888.

<sup>63</sup> *Commercio da Figueira*, 9 de Setembro de 1885. Uma mudança de comportamento que também é possível captar em algumas salas de espectáculos da capital (caso do Coliseu dos Recreios) e que se ficam a dever, “à apropriação do velho paradigma de uma cultura de elites” (CARVALHO: 294).

<sup>64</sup> TURNATURI (2001): 211.

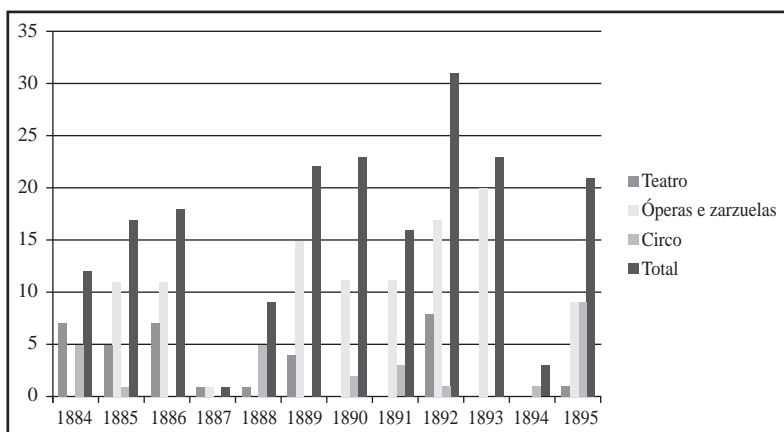


casa de recreio e da sua reconversão a Casino, permite concluir por uma modificação nas formas de distração e recreação e, por arrastamento, na tipologia dos espectáculos oferecidos ao público (Quadro V e Gráfico I).

**Quadro V**  
**Tipo de espectáculos realizados no Teatro-Circo**  
**(1884-1895)**

Tipo	N.º	%
Opereta	44	22.3
Teatro	40	20.3
Ópera cómica	26	13.2
Circo	23	11.7
Zarzuela	18	9.14
Ópera lírica	16	8.12
Récita	15	7.61
Sarau	11	5.58
Variedades	3	1.52
Bazar	1	0.51
<b>Total</b>	<b>197</b>	<b>100</b>

**Gráfico I**  
**Evolução anual dos espectáculos mais frequentes do Teatro-Circo**  
**(1884-1895)**



Se, nos anos oitenta, são as representações teatrais e os exercícios acrobáticos e circenses, próximos aos reportórios dos teatros de feira, que agradam ao público, na década de noventa são as companhias profissionais de ópera, sobretudo de ópera cómica ou de opereta, que recebem os maiores aplausos e asseguram aos empresários casas cheias.

As diversões circenses vão sendo progressivamente arredadas da sala do Teatro-Circo, convertendo esta casa de espectáculos num espaço cada vez mais distinto e selectivo. Nele desfilaram, nos primeiros anos, “clowns violinistas”, contorcionistas, equilibristas, “voltigeuses”, cavalos amestrados... Enfim, formas de recreação destinadas a serem vistas em família e que assentavam na originalidade das acrobacias e no carácter “maravilhoso” das proezas que alimentavam o imaginário, suscitando com frequência a incredulidade do público.

No entanto, apesar das companhias de circo atraírem muito público, não era este o tipo de espectáculo dominante nos palcos do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho, entre 1884-1895. Na programação desta casa de espectáculos predominam as representações de operetas ou de farsas musicais, bem próximas do teatro musicado, com alternância de diálogos falados e de trechos cantados. Em rigor, este tipo de produção artística assegura 22,3% dos espectáculos realizados no Teatro-Circo (*Quadro V*).

Se lhe acrescentarmos as óperas cómicas e as zarzuelas, composições dramáticas e musicais típicas do teatro espanhol muito em voga nos anos 1875-1882<sup>65</sup>, com as quais tinha grandes pontos de contacto<sup>66</sup>, a percentagem sobe para 44,6%. Por outras palavras, cerca de metade dos espectáculos apresentados no Teatro-Circo eram consagrados a composições musicais que alternavam a declamação com o canto. Verdadeiros “pot-pourris”, como então se dizia. De entre a produção portuguesa, sempre muito aclamada, podem-se mencionar algumas óperas cómicas, como “O burro do Sr. Alcaide” e “O solar dos Barrigas”, ambas de Ciríaco de Cardoso, sobre libretos de Gervásio Lobato e de D. João da Câmara. Já a produção artística de autores figueirenses era, de uma forma geral, sempre muito aplaudida, independentemente da sua qualidade. É o caso, entre outras, da ópera-cómica *O Barão de Antanholes*, levada à cena pelo menos nove vezes no ano de 1895.

---

<sup>65</sup> CASCÃO (1993): 532.

<sup>66</sup> Sobre as afinidades entre a ópera cómica e a zarzuela veja-se, entre outros, SUBIRÁ (1945): 194-199; FERNANDEZ-LUNA (1959).

## 6. O difícil equilíbrio entre receitas e despesas: a necessidade de reconversão do Teatro-Circo

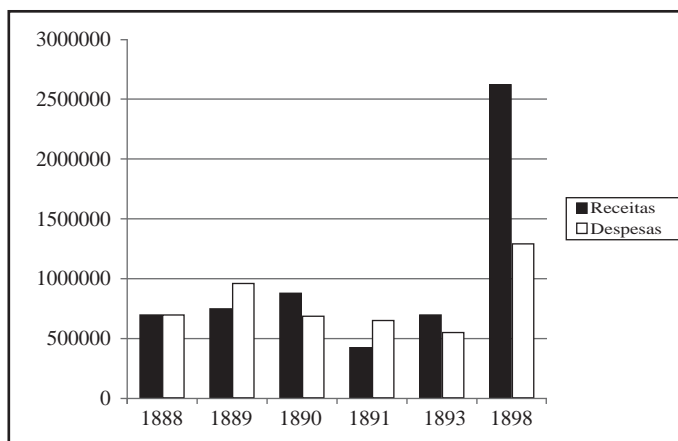
A análise dos Relatórios da “Empreza Constructora e Exploradora do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho”, relativos ao período de 1888 a 1893, demonstra que, desde finais da década de 1880, a casa de espectáculos se encontrava em sérios apuros financeiros, não obstante a imprensa local transmitir a ideia de se tratar de uma empresa de sucesso, com repetidas “casas-cheias”. As receitas provenientes dos espectáculos e da exploração do botequim sediado no edifício do Teatro-Circo mantinham-se praticamente estacionárias e os saldos eram irrisórios e mesmo negativos em alguns anos: caso dos anos de 1889 e de 1891 (Quadro VI e Gráfico II).

**Quadro VI**  
**Receitas e Despesas do Teatro-Circo (em réis)**

	1888	1889	1890	1891	1893	1898
Receitas	708 048	749 950	884 545	425 959	701 190	2 618 850
Despesas	704 075	968 970	687 204	653 745	553 070	1 297 305
<b>Saldo</b>	3 973	- 219 029	197 341	- 227 786	148 120	1 321 545

**Fonte:** *Relatórios de Contas da Empreza Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho [...].*

**Gráfico II**  
**Evolução anual das Receitas e Despesas do Teatro-Circo (em réis)**



Em relação ao défice do ano de 1891 que inviabilizou o pagamento “aos prestamistas de parte dos juros vencidos”<sup>67</sup>, a Direcção da empresa justificou-se com os encargos que teve de suportar (pagamentos fiscais, reforma das instalações imposta pela comissão inspectora dos teatros e actualização de seguros de incêndio<sup>68</sup>), bem como com a redução da colónia balnear na Figueira da Foz, em consequência de uma epidemia que grassou em Espanha e que impôs severas medidas sanitárias<sup>69</sup>. Argumentos semelhantes voltarão a ser utilizados como justificação do saldo negativo do ano de 1893. No momento em que eram prestadas contas da gestão económica, a Direcção da empresa, na sua reunião de 3 de Janeiro de 1894, reconhecia que, por falta de recursos, deixara de pagar “a 4ª prestação da decima industrial, e pelo mesmo motivo nada se pagou aos Srs. Prestamistas, por conta dos juros vencidos [...]”<sup>70</sup>. E admitia que: “[...] o estado desta Empresa [...] de dia para dia se agrava mais”<sup>71</sup>. Em desespero de causa, tentara-se o arrendamento anual dos edifícios, hipótese que se não chegara a concretizar, por falta de propostas<sup>72</sup>. Aumentar-se-iam, no entanto, no ano de 1894, os preços dos alugueres da sala de espectáculos.

Aos encargos referidos acresciam, ainda, os contratos ajustados com as companhias de artistas. A sua crescente profissionalização reflectia-se nos montantes dos honorários, “muito violentos para quem os garante”, como se explicitava no Relatório de 1891, embora nada se esclarecesse quanto às condições ajustadas<sup>73</sup>.

Porém, independentemente das despesas que sobrecarregavam o Teatro-Circo, o grande problema que afligia a empresa residia na escassa afluência de público. Embora não disponha de informações que permitam

<sup>67</sup> *Empresa Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho. Figueira da Foz. Relatório da Direcção* (1891): 4-7.

<sup>68</sup> O Teatro-Circo subscrevia seguros nas Companhias “Union y Fenix Española” e “Fidelidade”. sendo esta última companhia, no período de 1881-1893, “cada vez mais uma seguradora contra incêndios” (CAETANO (2002): 605).

<sup>69</sup> *Empresa Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho. Figueira da Foz. Relatório da Direcção*, Figueira (1891): 4. As reformas reportam-se a “reparos interiores dos edifícios”, entre os quais, “o arranjo do alojamento para os empregados do botequim”, bem como a actualização dos seguros (“Companhia Union y Fenix Española” e “Companhia Fidelidade”). Quanto às tributações, as despesas diziam respeito à décima predial e industrial.

<sup>70</sup> *Empresa Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho. Relatório da Direcção. Gerencia do anno de 1893* (1894): 3.

<sup>71</sup> *Idem, Ibidem*: 3.

<sup>72</sup> *Idem, Ibidem*: 3.

<sup>73</sup> *Empresa Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho. Figueira da Foz. Relatório da Direcção* (1891): 4.

contabilizar o número anual das entradas, apenas se torna possível ter uma ideia aproximada da frequência da sala a partir de um único caso, publicado na imprensa periódica: o balanço de contas da revista “Zas-Traz” feita em benefício dos pescadores de Buarcos, em 17 de Abril de 1892<sup>74</sup>. Ora, nesta récita de amadores apenas foram vendidos 146 bilhetes, o que corresponde a cerca de 6% dos lugares disponíveis na sala de espectáculos, o que se afigura corresponder a uma afluência muito diminuta, ficando a lotação da sala muito aquém das enchentes dos anos 1880. Os dados parecem, pois, sugerir que a frequência do Teatro-Circo diminuía de dia para dia, e nem as bandas que tocavam, ao fim da tarde, no átrio do edifício, conseguiam atrair forasteiros...<sup>75</sup>. A “crise” que, desde 1890, afectava os sectores comerciais e industriais do meio figueirense também não deixaria indemne as actividades recreativas<sup>76</sup>...

Impunha-se, pois, rentabilizar, o mais rapidamente possível, as instalações do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho. Apesar das dificuldades conjunturais, o investimento na casa de espectáculos fora, em termos financeiros, um bom negócio. O preço da construção do edifício, orçado em 38 000 000 réis, já há muito que fora ultrapassado. Em 1891, o edifício do Teatro-Circo estava avaliado em 42 692 288 réis. Se lhe acrescentarmos as benfeitorias de que entretanto fora dotado (móveis, cenários e ferramentas) o valor global alcançava a verba de 45 749 228 réis, o que corresponde a uma valorização de cerca de 17% (Quadro VII).

### Quadro VII Activo do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho em 1891 e 1917

Acções	1891	1917
	(em réis)	(em escudos)
Edifício	42 692 288	51 000\$00
Móveis	2 067 440	7 500\$00
Cenário	984 000	
Ferramentas	5 500	
Dinheiro em caixa		5 321\$93.5
Títulos em carteira		1 496\$00
Total	45 749 228	65 317\$93.5

**Fonte:** Relatórios da Direcção da Empreza Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho [...]

<sup>74</sup> *Correspondência da Figueira*, 29 de Maio de 1892.

<sup>75</sup> *Correspondência da Figueira*, 15 de Outubro de 1891.

<sup>76</sup> CASCÃO (1989): 497-499.

A sua valorização iria prosseguir, facilitada pela reconversão de parte das instalações do Teatro-Circo em Casino<sup>77</sup>. Uma nova etapa se abria na história desta casa de recreio.

## 7. Conclusão

A partir da segunda metade do século XIX verifica-se, em Portugal, a vulgarização das estadas nas estâncias balneares, a qual é facilitada pelo desenvolvimento dos meios de transporte, em especial da rede ferroviária, ao mesmo tempo que ganha raízes a nova noção de *férias*, entendida como sinal de distinção e de disponibilidade económica. A Figueira da Foz, elevada a cidade em 1882, é uma das novas *ville de bains* que se converte numa das praias da moda, assistindo-se, desde os anos 1860, ao aumento da sua população flutuante durante a quadra balnear, em resultado do afluxo de cidadãos nacionais e estrangeiros, sobretudo de nacionalidade espanhola, provenientes, na sua maioria, das províncias fronteiriças. Esse incremento determinaria o alargamento físico da localidade, procurando-se dar resposta à falta de alojamento que se fazia sentir.

No momento em que se assiste aos inícios de desruralização do espaço e da paisagem urbana, será criada, no ano de 1861, a Companhia Edificadora Figueirense, sociedade anónima e cooperativa com estatutos aprovados em 1869, com a finalidade de construir “casas para banhistas e outros edifícios e melhoramentos” numa área pouco habitada da localidade, ficando conhecida por “bairro novo” de Santa Catarina. Destinando-se prioritamente à construção de prédios de rendimento, certamente para aluguer sazonal, os actos notariais demonstram que as escrituras de vendas se faziam vagarosamente, aquém das expectativas dos promotores imobiliários.

É no contexto de estagnação de vendas de prédios urbanos que se enquadra a edificação do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho, bem no coração do bairro novo, tendo sido inaugurado no ano de 1884, o qual veio a contribuir, de um modo decisivo, para a valorização imobiliária da zona nas décadas seguintes. As razões políticas, sumamente empoladas ao tempo como factores determinantes na sua construção, afiguram-se, constituir, à luz da documentação histórica, apenas um factor, entre outros, imperando os motivos económicos.

---

<sup>77</sup> No ano de 1917, o edifício estava avaliado em 51 000\$00 (*Empreza Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho. Figueira da Foz. Relatório da Direcção de 1917* (1918): 4.

Concebida numa perspectiva moderna dos divertimentos, a casa de espectáculos foi projectada para acolher um público socialmente heterogéneo, amante de circo e de teatro, de longa tradição na Figueira da Foz. À medida, porém, que se caminha para o final do século, preocupações elitistas parecem dominar a direcção do Teatro-Circo, arredando-se lentamente as acrobacias circenses em benefício de espectáculos mais sofisticados, dirigidos a um público culturalmente mais selectivo. A crise económica e financeira que se abate no país, na década de 1890, com impacto a nível local, fazendo reduzir o afluxo de veraneantes, vai obrigar a casa de espectáculos a uma profunda reestruturação das suas instalações. No momento em que o jogo constitui “a grande febre da época dos banhos” e um dos principais atractivos da animação estival, nas estâncias balneares, o Teatro-Circo ir-se-á reconverter, no ano de 1895, em casino, dando início a uma nova etapa na sua história, a qual se prolonga até à actualidade.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes manuscritas e impressas

#### Fontes manuscritas:

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) (Coimbra)

Tab. José Maria da Silva Torres (Livros nº 10 a 18).

Arquivo Histórico e Biblioteca Municipal da Figueira da Foz (AHBMFF) (Figueira da Foz)

Pasta: Taxas e Licenças - Casas de recreio - Reclamações - Requerimentos - Licenças – Participações.

Pasta: Taxas e Licenças. Casas de Recreio. Teatro Circo Saraiva de Carvalho.

#### Fontes impressas:

*Anuario Estatístico de Portugal. 1892*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.

*Commercio da Figueira. Jornal do partido progressista* (1882-11 de Junho de 1887; 1907).

*Companhia Edificadora Figueirense. Relatório da Direcção e Propostas*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1875.

*Companhia Edificadora Figueirense. Relatório da Direcção, Balanço do Activo e Passivo*, Figueira da Foz, Typ. da Correspondencia da Figueira, 1877.

*Correio da Figueira* (1889-1893).

*Correspondencia da Figueira. Jornal Politico, Noticioso e Commercial* (1882-1894).

*Empreza Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho. Figueira da Foz. Relatorio da Direcção*, Figueira, Casa Minerva, 1891.

*Empreza Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho. Relatorio da Direcção. Gerencia do anno de 1893*, Figueira, Casa Minerva, 1894.

*Empreza Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho. Relatorio da Direcção. Gerencia do anno de 1898*, Figueira, Casa Minerva de Costa & Comp., 1899.

*Empreza Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho. Figueira da Foz. Relatorio da Direcção de 1916*; Figueira, Typographia Popular, 1917.

*Empreza Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho. Figueira da Foz. Relatorio da Direcção de 1917*, Figueira, Typographia Popular.



*Estatutos da Companhia Edificadora Figueirense*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871.  
*Estatutos da Empresa Constructora e Exploradora do Theatro-Circo Saraiva de Carvalho - Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada*, Figueira da Foz, Typographia do Commercio da Figueira, 1885.

*Europa*, ano III (1927).

*Gazeta da Figueira* (1887-1889; 1894-1918).

*Guia pratico do banhista na Figueira da Foz illustrado com vistas desta cidade. Epoca de 1905 - 1º anno (1905)*, Figueira, Typographia Popular.

*La Iberia* (1903).

### **Bibliografia**

- ALMEIDA, Fausto de (1945), “O grande Casino Peninsular da Figueira. Ligeiras notas sobre o seu passado e o seu presente”, *Boletim da Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz*, nº 13, 31 de Maio de 1945, s. p.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de (1991), *Eleições e caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel.
- ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira (1997), *Arquitectura Neomedieval Portuguesa. 1780-1924*, 1º vol., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.
- AZEVEDO, José Pires Lopes de (1985), *No primeiro centenário do Theatro Circo Saraiva de Carvalho*, Figueira da Foz, Cadernos Figueira-Praia, 1985.
- CAETANO, António Alves (2002), *A Companhia Fidelidade e os seguros na Lisboa Oitocentista (1835-1907)*, vol. II, Lisboa.
- CALADO, Rafael Salinas (1964), *A Figueira ao dealbar do século XX - Conferência*, Figueira da Foz, Escola Gráfica Figueirense.
- CALLADO, J. Salinas (1936), *A Figueira da Foz e os seus elementos de cura helio-marítima*, Figueira da Foz, Tipografia Popular.
- CARVALHO, Mário Vieira de (2007), “Da oposição ópera-teatro musical ao nacionalismo na música”, *Portugal Contemporâneo*, Direcção de António Reis, vol. II (1851-1910), Lisboa, Publicações Alfa, S. A., 289-304.
- CASCÃO, Rui (1983), *O Teatro na Figueira da Foz (1860-1884)*, Separata da Revista Munda, 6, Coimbra.
- CASCÃO, Rui de Ascensão Ferreira (1989), *Permanência e mudança em duas comunidades do litoral: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*, 2 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra.
- CASCÃO, Rui (1993), “Vida quotidiana e sociabilidade”, *História de Portugal*, Direcção de José Mattoso, Quinto Volume – O Liberalismo (1807-1890), Coord. Prof. Doutor Luís Reis Torgal; Prof. Doutor João Lourenço Roque, Lisboa, Editorial Estampa, 517-541.

- CASCÃO, Rui (2000), “A invenção da praia: notas para a história do turismo balnear”, *A cidade e o campo. Colectânea de estudos*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000, 321-340.
- CASCÃO, Rui de Ascensão Ferreira (2009), *Monografia da Freguesia de S. Julião da Figueira da Foz*, Figueira da Foz, Edição da Junta de Freguesia de S. Julião da Figueira da Foz.
- CORBIN, Alain (Coord.) (2001), *História dos tempos livres. O advento do lazer*, coord. de Alain Corbin, Lisboa, Editorial Teorema.
- COSTA, Fausto Caniceiro da (1995), *Figueirenses de ontem e de hoje*, Edição do Autor.
- DIAS, Paula M. Pereira de Oliveira (1995), “Ir a banhos na Figueira da Foz no dealbar do século XX: um olhar sobre uma época”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXX, I.H.E.S., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 177-213.
- FERNANDES, Leitão (1971), *Figueira da Foz vista por dentro e por fora no último ano em que foi vila. Reportagem publicada na Gazeta Illustrada O Atheneu da cidade do Porto em 1881*, Figueira da Foz, Imprensa Económica.
- FERNANDES, Leitão (1972), “Breve história do Casino da Figueira”, *A Voz da Figueira*, 10 de Agosto de 1972.
- FERNANDEZ-LUNA, C. (1959), *La Zarzuela*, Publicaciones Españolas, Madrid.
- FERREIRA, Fátima Cordeiro G. (coord.) (1990), *José Luís Monteiro na arquitectura da transição do século. Monografia*, Lisboa, CML.
- FONSECA, José da Silva (1935), “Uma página do passado. O velho mercado da Praça da Ribeira”, *Album Figueirense*, Ano II, Setembro de 1935, nº 4, 101.
- ILDEFONSO, Maria Isabel Moutinho Duarte (1998), *As mulheres na imprensa periódica do século XIX. O jornal A Voz Feminina (1868-1869)*, Lisboa, Universidade Aberta (Dissertação de Mestrado).
- MELO, Argel de (1943), “Há cinquenta anos: o que foi o Verão de 1893”, *Boletim da Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz*, nº 10, 31 de Julho de 1943.
- MOREAU, Mário (1994), *Coliseu dos Recreios. Um século de história*, Lisboa, Quetzal Edições.
- PESSOA, A. de Amorim, “Banhistas de alforge” (1879-1880), *Almanach da Praia da Figueira para 1878-1879, (segundo anno)*, Figueira, Typographia Foz do Mondego, 204-205.
- PESSOA, A. de Amorim (1879), *Almanach da Praia da Figueira para 1879-1880, (segundo anno)*, Figueira, Typographia Foz do Mondego.

- PINTO, Maurício (1935), “Teatro Circo Saraiva de Carvalho”, *Album Figueirense*, Ano I, Janeiro de 1935, nº 8, 236-242.
- SUBIRÁ, José (1945), *Historia de la música teatral en España*, Barcelona, Editorial Labor, S. A..
- TENGARRINHA, José Manuel (1968), “Progressista, Partido”, *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 491-493.
- TURNATURI, Gabriella (2001), “As metamorfoses do divertimento citadino na Itália unificada (1870-1915)”, *História dos tempos livres. O advento do lazer*, coord. de Alain Corbin, Lisboa, Editorial Teorema, 205-227.
- VITERBO, Sousa (1988), “Monteiro, José Luiz”, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Cívicos*, III vol., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 381-388.